

MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1 - **ATAS**.....
  - 1.1 - 101ª Reunião Ordinária de Debates
  - 1.2 - 181ª Reunião Extraordinária
  - 1.3 - Reuniões de Comissões
- 2 - **ORDENS DO DIA** .....
- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões
- 3 - **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO** .....
- 3.1 - Comissões
- 4 - **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES** .....
- 5 - **PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR** .....
- 6 - **MATÉRIA ADMINISTRATIVA** .....
- 7 - **ERRATA** .....

ATAS

**ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 25 DE ABRIL DE 1997**

Presidência dos Deputados Cleuber Carneiro e José Maria Barros

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 1.170/97 - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - ENCERRAMENTO.**

**COMPARECIMENTO**

- Comparecem os Deputados:

Cleuber Carneiro - Ivo José - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Gilmar Machado - Ivair Nogueira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Maria Barros - Marco Régis - Maria José Haueisen - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Roberto Amaral - Sebastião Costa - Wanderley Ávila - Wilson Trópia.

**ABERTURA**

**O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro)** - Às 9h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)**

**1ª Fase**

**Ata**

- **O Deputado Ivo José**, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Apresentação de Proposições**

**O Sr. Presidente** - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª Fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

**PROJETO DE LEI Nº 1.170/97**

Suprime o inciso II do art. 1º da Lei nº 12.459, de 13/1/97.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica suprimido o inciso II do art. 1º da Lei nº 12.459, de 13/1/97.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 24 de abril de 1997.

Sebastião Navarro Vieira

Justificação: A exigência de que o servidor exerça três ou dois anos para ser beneficiado pelo apostilamento definido pela Lei nº 12.459, de 13/1/97, tornou-se impossível de ser cumprida. Dessa maneira, está praticamente inviabilizada a concessão do benefício do apostilamento para os Diretores de escolas estaduais.

Ressalte-se, por oportuno, que o servidor não atinge a marca exigida por lei - três ou dois anos - porque há um lapso de tempo entre a nomeação e a posse para o cargo. Saliente-se, ainda, que esse lapso de tempo não é oriundo de falha do servidor. Ele ocorre por determinação do órgão competente da Secretaria de Estado da Educação, que é quem marca a data de posse.

Por outro lado, o espírito que norteou o legislador mineiro, por ocasião da aprovação do projeto de lei de minha autoria e que deu origem à Lei nº 12.459, foi o de exigir o cumprimento integral de dois períodos. O acréscimo do prazo estipulado, em três ou dois anos, deveu-se a um rigor acadêmico na aplicação das técnicas de redação legislativa, uma vez que o disposto no inciso I do art. 1º do mencionado texto legal é, por si só, bastante esclarecedor e, ressalte-se, atende fielmente ao preconizado pelo legislador mineiro quando da aprovação da lei hoje em vigor.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

#### Interrupção dos Trabalhos Ordinários

**O Sr. Presidente** - A Presidência interrompe, neste momento, os trabalhos ordinários para, nos termos do § 1º do art. 23 do Regimento Interno, destinar esta parte da reunião à abertura do debate sobre o tema "A Implantação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional". Estão suspensos os nossos trabalhos.

- A ata desta parte da reunião será publicada em outra edição.

#### Reabertura dos Trabalhos Ordinários

**O Sr. Presidente (Deputado José Maria Barros)** - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### ENCERRAMENTO

**O Sr. Presidente** - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 28, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 181ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 23 DE ABRIL DE 1997

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA):**

**Discussão e Votação de Proposições:** Requerimento do Deputado Ibrahim Jacob; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.284; discurso do Deputado Durval Ângelo; chamada de votação secreta; inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos - **ENCERRAMENTO.**

#### COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Santana - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Simão Pedro Toledo - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

#### ABERTURA

**O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz)** - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª PARTE

##### Ata

- A **Deputada Maria Olívia**, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

**O Sr. Presidente** - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

**O Sr. Presidente** - Vem à mesa requerimento do Deputado Ibrahim Jacob, que, na forma

regimental, solicita a inversão da pauta, de modo que os vetos constantes na ordem do dia sejam votados na seguinte ordem: Vetos às Proposições de Lei nºs 13.284, 13.289, 13.281, 13.276 e 13.261. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.284, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1997. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

**O Deputado Durval Ângelo** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifesto-me contrário ao veto do Governador, pois ele significa quebra de acordos feitos nesta Assembléia.

**O Sr. Presidente** - A Presidência vai submeter o veto a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 234 do Regimento Interno. Antes, porém, lembra ao Plenário que os Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim" e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". Resumindo: "sim" mantém o veto, "não" rejeita o veto. A Presidência convida, para atuarem como escrutinadores, os Deputados Dilzon Melo e José Militão. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

**O Sr. Secretário (Deputado Marcelo Gonçalves)** - (- Faz a chamada.).

**O Sr. Presidente** - A Presidência informa ao Plenário que votaram apenas 25 Deputados. Portanto, não há "quorum" para votação nem para continuação dos trabalhos, e a Presidência torna sem efeito a votação.

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

#### **ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Às quinze horas do dia vinte e dois de abril de mil novecentos e noventa e sete, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Roberto Amaral, José Braga e Péricles Ferreira, membros da Comissão supracitada. Encontram-se presentes, ainda, os Deputados Mauri Torres e Ambrósio Pinto. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, o Deputado Sebastião Navarro Vieira assume a Presidência e, havendo número regimental, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Péricles Ferreira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Presidente passa à renovação da votação da minuta de deliberação relativa à distribuição de subvenções sociais, auxílio para despesas de capital e transferência a municípios para o exercício de 1997, com recursos consignados no orçamento da Assembléia, e informa que, durante a reunião anterior, na fase de discussão, o Deputado Durval Ângelo apresentou emenda solicitando a inclusão dos nomes dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Wilson Pires, Luiz Fernando Faria, Roberto Amaral, Geraldo da Costa Pereira e Ambrósio Pinto, com o mesmo valor destinado aos outros parlamentares. Colocada em votação, é a proposição aprovada. Em seguida, o Presidente coloca em votação a emenda do Deputado Durval Ângelo, que é rejeitada. A Presidência solicita aos membros presentes que subscrevam a proposição, que passa a denominar-se Deliberação nº 10. Após, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. O Deputado Mauri Torres passa a substituir o Deputado Roberto Amaral, por indicação da Liderança do PSDB. O Presidente dá prosseguimento à discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 901/96, do qual o Deputado Roberto Amaral pediu vista na reunião anterior. O relator, Deputado Paulo Pettersen, conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1. Colocado em votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator do Projeto de Lei nº 775/96, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente transfere a direção dos trabalhos ao Deputado José Braga, em virtude de a matéria a ser apreciada ser de sua autoria. Devido à ausência do Deputado Roberto Amaral, o Presidente solicita ao Deputado Mauri Torres que proceda à leitura do parecer desse relator. Com a palavra, o Deputado Mauri Torres procede à leitura do parecer, em que o relator conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.042/96 com a Emenda nº 1, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Sebastião Navarro Vieira reassume a Presidência. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 1997.

Antônio Roberto, Presidente - Durval Ângelo - Sebastião Navarro Vieira - Roberto Amaral - Aílton Vilela.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO**

## **DE 120 DIAS, APURAR DIVERSAS DENÚNCIAS QUE ENVOLVEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL**

Às quatorze horas e quinze minutos do dia quinze de abril de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo, Ivair Nogueira, Miguel Martini, Dimas Rodrigues, João Batista de Oliveira e Anderson Adauto (substituindo este ao Deputado Geraldo da Costa Pereira, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão supracitada. Encontra-se presente, também, o Deputado Marcelo Gonçalves. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente faz a leitura do Ofício nº 699/GAB/97, no qual o Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Santos Moreira da Silva, informa que já foram tomadas as providências solicitadas pela Comissão àquela Secretaria. A Presidência informa que a finalidade da reunião é tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Deputado Durval Ângelo passa ao Presidente documentos da entidade internacional "Human Rights Watch", com estudos sobre a brutalidade policial urbana no Brasil, focalizando, também, casos específicos de Belo Horizonte, e requer sejam eles anexados aos autos da CPI. O Presidente defere o requerimento. O Deputado Ivair Nogueira, com a palavra, apresenta os seguintes requerimentos: 1 - sejam intimados a prestar esclarecimentos a esta Comissão os policiais conhecidos pelos nomes de "Índio", "Paraíba", "Papa", "Rich", "Gilberto" e "Warner" e, ainda, o médico ou enfermeiro "Araponga", todos prestando serviço no Departamento de Operações Especiais - DEOESP -, nesta Capital; 2 - informações sobre o inventário patrimonial de cada penitenciária do Estado de Minas Gerais, com a sua descrição analítica; 3 - informações sobre o número de sentenciados em regime fechado, em regime semi-aberto e em regime aberto; 4 - informações sobre o número de Casas do Albergado existentes no Estado de Minas Gerais, por município, e a lotação de cada uma; 5 - informações sobre a lotação de pessoal em cada Delegacia da Capital e dos municípios, com o nome, o cargo e a função exercida por cada um (Delegado, Delegado Adjunto, Inspetor, Escrivão, Perito, Médico, Enfermeiro, Detetive e Carcereiro); 6 - informações referentes à situação funcional e profissional, bem como às atividades desempenhadas pelo servidor Fábio Pereira dos Santos, em exercício no DEOESP; 7 - informações sobre o número de presos existentes em cada presídio e em cada cadeia pública, à disposição do Juiz processante. Os requerimentos nºs 2 a 4 são dirigidos ao Secretário de Estado da Justiça; os requerimentos nºs 5 a 7 são dirigidos ao Secretário de Estado da Segurança Pública. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo apresenta os seguintes requerimentos: 1 - seja convidado a depor nesta Comissão o servidor público Fábio Marques Bandeiras, Carcereiro II, lotado no DEOESP; 2 - os presos Antônio de Pádua, Wagner Carvalho, Jones de Oliveira e Luiz Carlos Pires, os quais prestaram depoimento a esta Comissão, denunciando a realização de tortura nas dependências do DEOESP, sejam transferidos para penitenciárias; 3 - pedido de informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando os seguintes dados, a partir de 1993, relativos às entidades prisionais sob sua responsabilidade: a) relação das fugas no Estado; b) ocorrências criminais autuadas - homicídios, rebeliões, tráfico de drogas, etc. - dentro da Delegacia de Furtos e Roubos, da Penitenciária Dutra Ladeira, do Departamento de Investigações e da Cadeia Pública de Ipatinga; c) as empresas fornecedoras de alimentação às delegacias da Região Metropolitana de Belo Horizonte; d) assistência prestada ao preso, nos termos da Lei nº 7.210, de 1984, Lei de Execuções Penais; e) orientações com respeito às visitas ao preso; f) custo "per capita" do preso sob a responsabilidade daquela Secretaria na Região Metropolitana de Belo Horizonte; 4 - pedido de informações ao Secretário de Estado da Justiça, solicitando os seguintes dados, a partir de 1993, relativos às entidades prisionais sob sua responsabilidade: a) relação das fugas no Estado; b) ocorrências criminais autuadas - homicídios, rebeliões, tráfico de drogas, etc. - dentro da Penitenciária Agrícola de Neves e da Penitenciária de Contagem; c) empresas fornecedoras de alimentação às penitenciárias (discriminação por unidade); d) assistência prestada ao preso, nos termos da Lei nº 7.210, de 1984, Lei de Execuções Penais; e) orientações com respeito às visitas ao preso; f) custo "per capita" do preso (dados discriminados por instituição e totalização); g) critérios de distribuição de vagas nas penitenciárias (transferências de prisões da SSP-MG para as penitenciárias: unidade de destino, origem do interno); h) aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário; i) situação funcional dos agentes penitenciários; 5 - seja enviado ofício aos Secretários de Estado da Justiça e da Segurança Pública para que a imprensa credenciada junto a esta Casa tenha acesso às dependências das instituições prisionais a serem visitadas pela Comissão. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Deputado João Batista de Oliveira apresenta requerimento solicitando seja verificada junto à Promotoria de Justiça de Defesa dos Portadores de Deficiência e de Proteção aos Idosos a situação dos cidadãos Vítor Antônio e Benedito, portadores de deficiência mental, presos no 1º Distrito Policial

do Município de Santa Luzia, no Bairro Palmital. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 23/4/97, às 14h15min, no Auditório, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1997.

João Leite, Presidente - Arnaldo Penna - Durval Ângelo - Ivair Nogueira - Geraldo da Costa Pereira - João Batista de Oliveira.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30/96**

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de abril de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, (substituindo ao Deputado Miguel Martini, por indicação da Liderança do PSDB), Hely Tarquínio, Sebastião Navarro Vieira, Wilson Pires (substituindo este ao Deputado Bilac Pinto, por indicação da Liderança do PFL), Maria José Haueisen (substituindo o Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), Elbe Brandão, Roberto Amaral, Raul Lima Neto, Carlos Pimenta, Paulo Schettino e Antônio Andrade, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Aílton Vilela, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Antônio Andrade que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é apreciar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96. Em seguida, a relatora, Deputada Elbe Brandão, solicita a distribuição de avulsos do seu parecer. O Presidente, atendendo ao pedido, determina sejam distribuídos os avulsos. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos Deputados e convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias, a serem realizadas no dia 24/4/97, às 10 horas e às 14h30min, com a finalidade de se apreciar o parecer da relatora, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira - Paulo Piau - Maria José Haueisen - Sebastião Costa - Álvaro Antônio - Elbe Brandão - Aílton Vilela.

**ORDENS DO DIA**

-----

**ORDEM DO DIA 250ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 29/4/96**

1ª Parte (Pequeno Expediente)  
(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)  
1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.105/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Formiga imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.106/97, do Governador do Estado, que autoriza o DER a doar imóvel ao Município de Serra do Salitre. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.107/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Cachoeira de Pajeú. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.108/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ipuiúna imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.284, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de

Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1997. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.261, que dispõe sobre a cobrança de multa por infração das normas de trânsito. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.276, que cria o Programa Estadual de Conservação de Água. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.281, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, do exame para diagnóstico da deficiência de alfa-1-antitripsina e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.289, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/96, do Deputado Durval Ângelo, que cria a Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 29/4/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.083/97, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Convidados: Srs. Archimedes Pedreira Franco, Diretor-Geral do PROCON-BA; Nelson Lins d'Albuquerque Júnior, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC -; Geraldo Faria Martins da Costa, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor; Antônio Joaquim Fernandes Neto, Secretário Executivo do PROCON-MG; Lúcia Pacífico Homem, Presidente do Conselho Diretor do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; Maria Lúcia Scarpelli, Diretora do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - seção de Minas Gerais, e Rodrigo Botelho Campos, Coordenador do PROCON-BH, que discutirão a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 1990, alterada pelo Decreto nº 2.181, de 20/3/97.

**ORDEM DO DIA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/4/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.074/96, do Deputado Djalma Diniz; 456/95, do Deputado Romeu Queiroz; 941/96, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Requerimentos nºs 2.098/97, do Deputado Gilmar Machado; 2.055/97, do Deputado Ibrahim Jacob.

Convidado: Sr. Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, Presidente da Minas Gerais Participações, que prestará esclarecimentos acerca da emissão de debêntures a serem convertidas em ações da CEMIG.

**ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 29/4/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR DIVERSAS DENÚNCIAS QUE ENVOLVEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 29/4/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os seguintes convidados: Sra. Márcia Alaíde Ribeiro, representante da Pastoral Carcerária Nacional; Pe. Bernardino Avelar, representante da Pastoral

Carcerária, e Antônio Martins, representante da Pastoral Evangélica.

**ORDEM DO DIA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 30/4/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.089/97, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

-----

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, José Braga, Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão supracitada, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 29/4/97, às 10 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB-MG, e Paulolinto Pereira, Contador-Geral do Estado, que irão prestar esclarecimentos sobre a situação dos precatórios judiciais não pagos pelo Estado, e de se apreciarem as matérias constantes na pauta.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1997.

Miguel Martini, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Aílton Vilela, Mauri Torres, Roberto Amaral, Arnaldo Penna, Paulo Piau, Sebastião Helvécio, Alberto Pinto Coelho, Antônio Roberto, Toninho Zeitune, Anivaldo Coelho, Marcos Helênio, Álvaro Antônio, Olinto Godinho e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 29/4/97, às 14h30min, no Plenarinho I, com a finalidade de se discutir e votar o parecer do relator para o 1º turno.

Sala das Comissões, 25 de abril de 1997.

Bilac Pinto, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ermano Batista, Sebastião Costa, Antônio Júlio, Gil Pereira, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Simão Pedro Toledo, Ibrahim Jacob, Sebastião Helvécio, Marcos Helênio e Antônio Andrade, membros da Comissão de Administração Pública, para a reunião conjunta a ser realizada no dia 29/4/97, às 14h45min, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.156/97, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, modificada pelos arts. 2º da Lei nº 11.822, de 15/5/95, e 5º da Lei nº 12.237, de 5/7/96.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Gil Pereira, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Simão Pedro Toledo, Antônio Andrade, Marcos Helênio, Sebastião Helvécio e Ibrahim Jacob, membros da Comissão de Administração Pública; Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 30/4/97, às 14h30min, na Sala das Comissões, destinada a apreciar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.139/97, que altera dispositivos da Lei nº 10.366, de 28/12/90; e 1.143/97, que altera a composição da Junta de Programação Orçamentária e Financeira - JPOF -, ambos de autoria do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

-----

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 1.098/97**

Comissão de Saúde e Ação Social  
Relatório

De autoria do Deputado Olinto Godinho, o Projeto de Lei nº 1.098/97 visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Rural do Desenvolvimento de Limeira - ACORDEL -, com sede no Município de São Sebastião do Maranhão.

A matéria em epígrafe foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, e vem agora a esta Comissão para deliberação conclusiva no 1º turno, de acordo com os termos regimentais.

Fundamentação

A entidade que se pretende beneficiar vem prestando serviços inigualáveis à comunidade do Povoado de Limeira, trabalhando pelo desenvolvimento e pelo bem-estar social do agricultor. Coloca à disposição deste recursos materiais, humanos e assistenciais e promove o intercâmbio entre a população rural e a urbana.

Portanto, para que possa continuar com seu importante e digno trabalho, julgamos conveniente seja aprovada a declaração de sua utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.098/97 no 1º turno, em sua forma original.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1997.

Jorge Hannas, relator.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 941/96**

Comissão de Administração Pública  
Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, tem por objetivo dar a denominação de Engenheiro Miguel Valentim Lanna ao aeroporto situado no Município de Ponte Nova.

A proposição foi aprovada no 1º turno, na forma apresentada, cabendo a esta Comissão, agora, deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, na forma regimental.

Fundamentação

Reafirmando o entendimento desta Comissão sobre o assunto, consideramos justo e oportuno que se preste homenagem à memória do Eng. Miguel Valentim Lanna, escolhendo seu nome para se dar denominação ao aeroporto situado no Município de Ponte Nova.

De fato, o cidadão a que se pretende conceder honraria destacou-se por sua dedicação e trabalho em favor de melhorias para aquele município, entre as quais podemos destacar a construção do campo de pouso de Ponte Nova, pela qual se esforçou quando exercia o cargo de Prefeito Municipal.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 941/96 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 25 de abril de 1997.

Simão Pedro Toledo, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**

-----

**247ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA  
Discursos Proferidos em 22/4/97**

**O Deputado Raul Lima Neto** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meus senhores e minhas senhores, apenas para dois recados subo à tribuna, hoje. O primeiro, é para convidar os Deputados para a nossa audiência especial, de amanhã, na Comissão de Meio Ambiente, quando conversaremos com o nosso querido Secretário, José Carlos, ambientalista vocacionado por Deus e, graças aos céus, reconhecido pelo Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, a quem, neste momento, elogio por ter como assessor um secretário tão familiarizado com o ministério que exerce quanto o nosso ambientalista Dr. José Carlos. Parabéns, Sr. Governador, por esse Secretário.

Na reunião, discutiremos com o Sr. Secretário a execução do Código Estadual da Pesca, já regulamentado. Esse código originou-se de nosso projeto - agradeço a Deus pela idéia, pelo amor que me deu a nossos rios e a nossa ictiofauna. É justo que a Casa, é justo que essa comissão e este Deputado participem juntamente com o Governador da elaboração do projeto da pesca no Estado de Minas Gerais. Propusemos no Substitutivo nº 2, de nossa autoria, que se criasse o Instituto Estadual da Pesca. Do contrário, iríamos cometer um erro e uma injustiça, o que não queremos. O erro é porque não conseguiremos fiscalizar, implementar e, por isso, realizar o que propõe a



comissão. Ela é tão competente; composta daqueles que, com o Secretário, vão realizar o já regulamentado projeto, porque não há fiscais.

O IBAMA, para atender os rios São Francisco, Januária, Manga, Carinhanha, Pandeiros, que, aliás, é o único rio berçário do Estado de Minas Gerais, tem dois barcos e um punhadinho - perdoem-me a linguagem bem popular, mas é isso mesmo - de fiscais.

Com respeito ao Instituto Estadual da Pesca, Sr. Governador, queremos mandar um recado a V. Exa. - com mais veemência do que se faria por um requerimento ou uma moção, pois aqui V. Exa. tem a possibilidade de ouvi-lo - e receberá cópia deste pronunciamento. Daqui eu infiro, Sr. Governador, Sr. Secretário e Srs. Deputados, se o erro não será muito grande - já falamos sobre a falha e agora falaremos da injustiça - se não criarmos o Instituto Estadual da Pesca. Propusemos um debate acirrado, na Comissão de Meio Ambiente, no ano passado, quando defendemos com Deus e com garra somente impulsionado pela convicção que tínhamos e temos da visão do que significa a pesca para o nosso Estado, pois a pesca é a mais rica fonte turística do mundo. Chegamos a ameaçar entrar com um mandado de segurança para que o nosso projeto fosse à frente.

Sr. Governador, queremos contribuir para o sucesso do projeto e V. Exa. será, sem dúvida, o Governador mais elogiado de todas as épocas, porque colherá os frutos de um projeto nobre e expressivo. Ele propõe aumentar a nossa ictiofauna e estabelecer o Estado de Minas como um dos Estados que tem os melhores peixes para a pesca esportiva no mundo, dos mais saborosos, porque assim é. Também propõe sanear os nossos rios, porque o Instituto Estadual da Pesca, Exa., propõe criar imediatamente 3 mil empregos, sem os quais o projeto cometeria uma injustiça, porque, proibindo a pesca de rede em todo o Estado de Minas Gerais, o que é necessário e urgente, ele exterminaria a classe dos pescadores profissionais. Eles amam o rio, ali nasceram e seguem a tradição de avós e bisavós. Ao que me consta, Exa., são 2 mil cento e poucos pescadores profissionais. Ora, temos mais ou menos 520 mil pescadores amadores registrados em clubes. Se cada um pagar uma taxa ínfima - que a maioria dos clubes já paga, mas o dinheiro vai não se sabe para onde - de R\$10,00 por mês, dará uma cifra mensal aproximadamente de R\$5.000.000.00. O Instituto Estadual da Pesca empregará 3 mil pescadores, sendo que os primeiros serão os pescadores profissionais de nossos rios. Isso quer dizer, Sr. Governador, que o Instituto estará empregando aqueles que amam o rio, que querem ficar no rio. Eles vão fazer o quê? Eles serão empregados para quê? Para repovoar os nossos rios e replantar as matas ciliares. Aí sim, Sr. Governador, teremos em V. Exa. a compreensão de um homem sábio, que muda, porque o homem que muda de idéias é um homem que pensa e, portanto, é um homem nobre. V. Exa. há de, com este Deputado, fazer fileira para fazer aprovar nesta Casa o projeto - que a COPASA com o seu "lobby", já procura para derrubar - que obriga a todas as empresas, estatais ou privadas a tratarem o esgoto segundo os padrões ambientalistas, ou seja, de forma que não se ameacem a fauna, a ictiofauna ou o homem. Aí, sim, V. Exa. verá como o rio nos trará a paz. O profeta Isaías fala: "Ah, se meu povo me escutasse, então sua paz seria como um rio e as suas justiças abundantes como as ondas do mar". Mas não estamos escutando Deus. Por isso, o homem não tem paz quando contempla o rio. Mais uma vez, contemplamos o nosso Norte de Minas, o São Francisco, seus afluentes, e o rio Pandeiros, que maravilha, é um rio berçário! Fizemos um teste. Apanharam um dourado e um bagre grande, colocaram-lhes sensores eletrônicos e soltaram um em Sobradinho e o outro na cabeceira do rio das Velhas. Sabe onde eles foram parar durante a piracema, na época da desova? Dentro do rio Pandeiros, um rio berçário. Evidentemente, ali não poderá haver pesca nem nada que possa depredar ou ameaçar esse rio berçário, que alimenta de peixes a bacia do São Francisco.

Sr. Secretário, Sr. Governador, com muita humildade reconhecemos que será, da parte de V. Exas., uma gentileza e haverá o reconhecimento de que este Poder foi colocado aqui para pensar, legislar e ratificar as grandes idéias do Executivo. Queremos, juntamente com seu Secretário, participar da elaboração das diretrizes do estabelecimento deste tão importante projeto que V. Exa. sancionou e regulamentou na semana passada.

O segundo recado, apesar de vir tarde, é breve: quero parabenizar o Presidente da República por uma entrevista que eu estava escutando agora, na CBN. Ele falava aos canadenses que queriam que se diminuísse a pena daquele casal de conterrâneos que participou do seqüestro do empresário Abílio Diniz ou, então, que eles fossem transferidos para seu país natal. O Presidente deu uma resposta muito sábia. Se V. Exa. puder me ouvir, mandar-lhe-ei a cópia do discurso.

Quero parabenizá-lo, Sr. Presidente, porque V. Exa. é homem vocacionado para ser também Ministro do Exterior. V. Exa. é um diplomata e tem dom para essa área. Parabéns. Entretanto, gostaria de lembrar-lhe que privatizar a Vale do Rio Doce, na situação em que o Brasil está, é falta de pensamento coerente, porque V. Exa. acerta no princípio, mas erra no alvo. No princípio, V. Exa. acerta porque é fato que se o nosso País quiser crescer ele tem que cuidar das suas obrigações. O Governo tem que cuidar da educação, da segurança, da moradia, da agricultura, permitindo que todos

tenham a mesma condição de prosperar e competir. V. Exa. deveria perdoar as dívidas dos pequenos empresários que estão dependurados e, em parceria com o Governo do Estado, fazer isso também. V. Exa. seria, sem dúvida nenhuma, muito elogiado. Mas, antes de privatizar a Vale, V. Exa. precisa pensar na reforma tributária, porque a miséria que a Vale pagou de imposto - para que todos compreendam, ela pagou menos de 15% do líquido, e não do bruto. Numa estatal, existe o líquido da sobra, porque as estradas construídas, os trilhos colocados não entram na despesa. Quando se trata de estatal, é diferente, porque a estatal tem o bruto, como toda empresa, e tem os gastos. Então, tem o líquido. Ela pagou menos de 15% do líquido, já tirados os salários e tudo o mais. A Vale é uma estatal que investiu na construção de estradas para se expandir. É um gasto que não é tido como patrimônio próprio, portanto ele não é taxado, já que a empresa é estatal. É um Estado dentro do outro. Tem que ser privatizada, mas não agora, porque este imposto absurdo de R\$104.000.000,00 para um lucro líquido de mais de R\$6.000.000.000,00 mostra que as outras empresas também devem fazer o mesmo. Mas, pelo menos, o que a Vale do Rio Doce aplicar na própria empresa a valorizará mais tarde. Mas agora, na situação em que está, V. Exa. demonstra ser amigo de impostos para o povo e não tributa quem deveria tributar, ou seja, aqueles que extraem o nosso minério.

Temo, Sr. Presidente, que agora é entregar o ouro ao bandido. Muito obrigado.

**O Deputado Carlos Pimenta** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último final de semana, representamos a Casa, através de uma comissão especial proposta por nós, no Projeto Jaíba. Tive o prazer de fazer a visita juntamente com o Presidente da Comissão de Agropecuária, Deputado Paulo Piau, e os Deputados Roberto Amaral, Raul Lima Neto, Dimas Rodrigues e Elbe Brandão.

Esta Casa constituiu essa segunda comissão porque a primeira visitou o projeto em 1995. Essa visita desdobrou-se em duas partes: a primeira parte, no Projeto Jaíba, e a segunda, em Janaúba. Tivemos a oportunidade de presenciar e testemunhar as modificações que ocorreram no projeto, nos últimos dois anos. Praticamente, toda a primeira etapa do Projeto Jaíba está concluída. Estamos assistindo ao assentamento de 50 famílias por mês, na área "B" do projeto; elas ocupam um terreno de 5ha e já o recebem com água pressurizada e bomba instalada para se iniciar o processo de irrigação. A metade dessa área, a família já encontra plantada, e a outra área, sem a plantação, mas com toda a infra-estrutura do projeto, auxiliada pela CODEVASF, RURALMINAS, EMATER, EPAMIG e pelos diversos órgãos dos Governos Estadual e Federal.

É, sem dúvida, Srs. Deputados, o melhor e maior exemplo de reforma agrária de que temos conhecimento no Brasil. Esse projeto iniciou-se há 20 anos, mas veio deslanchar, verdadeiramente, nos últimos dois anos, com as ações concretas do Governador Eduardo Azeredo, comprovadas em várias etapas. Primeiro, garantindo os recursos do Governo do Estado, que, em contrapartida, está completando os recursos do Banco Mundial, recursos internacionais e recursos do Governo Federal. Segundo, quando ainda não estava concluída a primeira etapa e foi decretada a falência da firma que construiu o projeto, o Governo do Estado evitou que acontecesse isso, não atrasando, no mínimo, por seis meses o projeto, ao se pleitear uma nova licitação internacional. O Governador do Estado foi incisivo, garantiu a conclusão da primeira etapa, o início da segunda e o início do projeto na área comercial e empresarial, que estará pronto no final deste ano e que irrigará mais de 9.000ha.

Essa comissão esteve presente em todos os setores. Constatamos o início do asfaltamento da estrada de 50km que liga Jaíba ao Projeto Jaíba, tão importante e imprescindível para a continuidade do projeto, uma vez que a falta do asfalto tem majorado os preços dos produtos, das frutas em mais de 30% em relação à cidade vizinha, Janaúba, que tem sua via de acesso asfaltada.

E, por falar no processo de comercialização, constatamos, numa outra reunião, em Janaúba, no dia seguinte, que o grande problema do Projeto Jaíba é a falta de um estudo mercadológico, de assistência na comercialização dos produtos. Exemplo: uma caixa de bananas, que é a principal cultura do Projeto Jaíba, custa hoje R\$5,00. Essa mesma caixa é entregue nos supermercados e passa a custar para o consumidor R\$27,00. Há uma diferença de R\$22,00 entre o preço de compra e o preço de venda dessa caixa de bananas. Isso é uma aberração, quando observamos que quem produz, quem gasta com produção, insumos, inseticidas, fertilizantes recebe R\$5,00 pela caixa. Isso, no cômputo geral, representa apenas 23% do preço do produto final, da fruta vendida no Projeto Jaíba.

Então, essa comissão está consciente. Anotamos as reivindicações dos produtores e dos colonos, no que se refere a habitação, ao processo de saneamento básico e à recuperação das estradas. Também vamos preparar um documento, elaborado em Janaúba, que detalha todo o processo de comercialização.

Esta Casa está de parabéns. Esteve presente mais uma vez e mostra o interesse, a preocupação dos Deputados com relação a Jaíba, que não é apenas mais um projeto de irrigação, mas um projeto de desenvolvimento econômico regional da região do Norte de Minas Gerais.

Quero, Sr. Presidente, no tempo que me resta, falar sobre outro assunto que me preocupa e é motivo de muito discurso, muita retórica, mas de pouca prática dos Deputados Estaduais e dos Governos Municipais, Estadual e Federal. Refiro-me ao angustiante problema dos menores que vivem nas ruas da Capital dos grandes centros do nosso Estado.

Ontem, dia 21 de abril, ao chegar a Belo Horizonte, ao final da tarde, presenciei uma cena que me preocupou e - tenho certeza - incomoda muita gente, desde o cidadão comum ao detentor de mandato eletivo e até os governantes do Estado e do município. Uma turma de menores - não gosto de usar o termo gangue -, comandada por adultos, estava fazendo um verdadeiro arrastão pertinho da Assembléia, no cruzamento da Av. Álvares Cabral com a Rua Espírito Santo. Vi mulheres e crianças sendo assaltadas, enquanto a população, passiva, assistia a essa cena sem nenhuma ação, tranqüilamente. Essa é uma cena comum. Muitas pessoas são testemunhas de fatos dessa natureza ou são vítimas deles aqui, em Belo Horizonte. Muitas encaram o problema com uma naturalidade assustadora. Aham que a polícia é impotente, que o Governo sabe desses acontecimentos e que não pode fazer nada. Assim, temos que sair de casa sabendo que corremos o risco de ser assaltados. Nossos filhos saem de casa sabendo que, na maioria das vezes, voltarão sem tênis, boné ou dinheiro.

Será que a violência é natural? Será que ela já se incorporou à vida dos moradores das grandes cidades? Todos dizem que isso tem acontecido e é natural. E o problema já está atingindo os outros grandes centros. E o que estamos vendo são ações descoordenadas, desentrosadas. Tenho em mãos um projeto de lei do Vereador João Gualberto Filho, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, autorizando o Executivo Municipal a implantar o Centro de Internações para Menores. Esse projeto foi discutido por Secretários de Estado, Secretários Municipais e por Organizações Não Governamentais. Essas, talvez, sejam algumas das poucas vezes que se elevam para falar sobre a violência nas ruas de Belo Horizonte. Fomos convidados, e, infelizmente, não pudemos comparecer a essas reuniões. Mas notamos a preocupação desse Vereador e somos testemunha da preocupação dos Deputados. O Governo do Estado criou a Secretaria da Criança e do Adolescente, e vemos a celebração de convênios, como o que será assinado daqui a pouco entre o Ministro do Trabalho e o Governador do Estado, para investimento no esporte e na educação de menores. Mas não vimos uma proposta concreta, que faça com que o menor abandone a rua e faça opção pela escola, por um centro profissionalizante. Não vemos o Governo criar opções de lazer e de esportes para crianças. É necessário que se faça algo. É necessário que a população possa sair de casa tranqüilamente, e não se vejam mais crianças dormindo debaixo de pontes e viadutos.

A cidade de Montes Claros dá um exemplo marcante ao resto do País ao criar uma Guarda-Mirim, com mais de 300 crianças, sob a coordenação e a tutela da Dra. Neuza, Delegada de Polícia. Ela foi afastada da cidade, mas, graças a Deus, retornou para dar continuidade ao seu trabalho, que inclui formação profissional, orientação social, orientação de educadores, para que as crianças de Montes Claros tenham a oportunidade de recorrer a essa Guarda-Mirim e ter uma porta aberta para o mercado de trabalho. Assistimos, também em Montes Claros, à criação da Fazendinha do Menor. E vamos assistir, com a aprovação de um projeto de lei de nossa autoria, à doação, por parte do Governo do Estado, de um terreno localizado naquele município para que a Prefeitura possa nele implantar o Centro de Recuperação do Menor Infrator.

Entendemos que não é criando cadeia para o menor ou nenhum órgão que venha a repreender o menor que estaremos acertando a solução do problema, e, sim, criando centros de formação, para que o menor tenha a oportunidade de ter uma profissão. São essas ações que existem em Montes Claros, e gostaríamos que servissem de exemplo para que o Prefeito de Belo Horizonte invista no menor, assuma a sua parcela de responsabilidade, juntamente com a Câmara Municipal.

Essa questão do menor preocupa-nos. Ela é de minha responsabilidade, assim como é dos Deputados, como também das pessoas aqui presentes e dos governantes desta cidade e deste Estado. Tenho a certeza absoluta de que Eduardo Azeredo procura a solução definitiva, mas deve haver uma aproximação entre as ações dos Governos Estadual e Municipal. Belo Horizonte, ao comemorar os seus 100 anos, tem esse compromisso histórico, o desafio de dar um tratamento especial aos menores de rua, tirando-os da marginalidade, da teia da criminalidade e das mãos de adultos irresponsáveis, dos verdadeiros marginais que os comandam, aterrorizando a população e, cada vez mais, fazendo com que esses menores não tenham a consciência cristã e cívica de ser bons brasileiros. Muito obrigado.

**O Deputado Ivo José** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, trazemos nesta tarde algumas questões para serem refletidas. A primeira delas é parabenizar o debate que o jornal "Estado de Minas" vem fazendo sobre os incentivos da economia, no Estado. Esse debate é muito importante porque traz o questionamento sobre o que se investe para gerar emprego. O jornal "Estado de Minas" de domingo traz a seguinte manchete: "Minas dá US\$2.300.000.000,00 em incentivos. Para gerar as 17 mil

contratações prometidas, o Governo concede vantagens que atingem US\$132.000,00 por emprego criado." Está aí o debate. O jornal fala: "De 1996 até hoje, o Governo de Minas já acertou a distribuição de US\$2.300.000.000,00 em incentivos para os 30 projetos mais importantes de empresas que decidiram se instalar no Estado. Com a promessa de geração de 17.379 empregos, são nada menos do que US\$132.000,00 por emprego gerado. A proposta mais recente do Governo foi feita à Peugeot, e são US\$294.000.000,00 em incentivos, o equivalente a US\$147.000,00 por emprego." Sabemos da importância dos investimentos, da importância da geração de empregos e de renda, mas queremos questionar se todos os aspectos estão sendo analisados nesses investimentos. O aspecto social, as implicações a médio e a longo prazo, se se justificam incentivos dessa ordem para gerar apenas um emprego, como US\$132.000,00, na média; e, no caso da Peugeot, US\$147.000,00, para gerar apenas um emprego.

São coisas que exigem de todos nós uma reflexão. E os economistas e os juristas que foram ouvidos fazem alguns comentários. O ex-Secretário de Assuntos Internacionais da Prefeitura de Belo Horizonte, Paulo Bretas, afirma que "a política de atração de empresas exige demais do Estado. É preciso saber se os técnicos do Governo estão fazendo os cálculos da relação custo/benefício". Ele cobra também a participação do empresariado nesse processo. Segundo ele, só assim o Estado estará preparado para receber também outras empresas que compõem a cadeia produtiva. E tudo isso precisa, de fato, ser trazido à tona, porque são decisões de dimensões vultosas, que implicam na mudança de concepção na economia do Estado e implicam em decisões que vão repercutir a médio e longo prazo.

Também o economista do CEDEPLAR-UFGM, Clélio Campolina, critica severamente a guerra fiscal instalada no País em busca dos cobiçados investimentos das multinacionais. "Olhando a situação isoladamente, tem sentido, mas a renúncia fiscal nacional pode gerar prejuízos sociais enormes ao País." Ele diz que a baixa na arrecadação tributária acabará comprometendo a prestação de serviços essenciais como educação e saúde. Clélio Campolina afirma, ainda, que o Governo Federal tem que arbitrar a questão, para evitar a luta interestadual. Ele propõe a imposição de limites aos incentivos ofertados. "É preciso acabar com esse desejo de atrair investimento a todo custo", ataca.

Ainda seguindo o debate, temos a opinião do economista José Osvaldo Lasmar, que é Pró-Reitor da UEMG, que pergunta: "Será que Minas está atraindo o investimento correto, que prepare o Estado para competição futura?" Será que estão sendo pensados todos os detalhes desses investimentos, desses incentivos que estão sendo dados no momento atual? "Ele defende a atração do capital mais dinâmico, de tecnologia de ponta, nas áreas de eletrônica, química fina, biotecnologia e mecânica fina. José Osvaldo Lasmar salienta que, neste caso, o Estado não precisa fazer a renúncia fiscal. Basta apenas deter algumas vantagens como recursos humanos qualificados, infra-estrutura científica, tecnológica e urbana. A competição, portanto, fica restrita àqueles que podem oferecê-las. Lasmar diz que esse processo já está ocorrendo nos países desenvolvidos. Estes, por sua vez, estrategicamente estão justamente deslocando indústrias automobilísticas para o Terceiro Mundo." Não é à toa que temos aqui uma indústria de celulose, a CENIBRA, no Espírito Santo e na Bahia. São indústrias que o Primeiro Mundo não aceita de qualquer maneira. O Primeiro Mundo não concorda com esses investimentos que trazem implicações para o meio ambiente, para a sociedade. Então, países do Terceiro Mundo não podem também aceitar investimentos internacionais a troco de fazer propaganda de que o Governo está investindo, que o Estado está crescendo, sem refletir em todos os aspectos que trazem implicações para a sociedade. O economista não aceita o argumento do efeito multiplicador atribuído às montadoras. Diz ele: "Ora, na economia globalizada, está cada vez mais fácil e mais barato importar produtos da mais alta qualidade. Além do mais, a indústria de autopeças brasileira já faliu há muito tempo. Todas estão importando para vender no Brasil."

Outro comentário dessa reportagem vem sob a reflexão feita pelo professor de Direito Público Internacional da UFGM, Artur Diniz. (- Lê:)

"Minas e o Brasil deviam seguir o exemplo da Coreia do Sul. A Coreia é muito rigorosa na cobrança do imposto sobre o lucro e tem se dado bem nesse caminho. A idéia da vinda das indústrias é muito boa, segundo Diniz, mas não se pode escancarar as portas do Estado sem a preocupação social.

Artur Diniz é taxativo: 'Se o Brasil cobrasse o imposto sobre o lucro, como ocorre também na França, em um ano resolveria os problemas na educação e na previdência social'. Ele critica a desigualdade social e as estruturas políticas de poder, que só prejudicam a economia.

Para Diniz, a fuga do embate com os sindicatos europeus, 'que não foram castrados', é o motivo principal da vinda das indústrias ao País. 'Aqui já não temos mais sindicatos', lamenta. Um quadro, aliás, que não é só brasileiro, mas de toda a América Latina, segundo Artur Diniz."

O Governo se preocupa em argumentar para os investidores que nossos sindicatos não

são tão combativos quanto os do ABC, que não existem greves e, por isso, podem investir sem medo que não terão prejuízos com paralisação da produção, com a mão-de-obra, porque os sindicatos estão acomodados. O exemplo da Europa nos diz exatamente o contrário: a produção é estimulada a partir do debate aberto da empresa com o sindicato organizado, com o sindicato que estimula o trabalhador a reivindicar seus direitos, mas também dá a ele a responsabilidade de ser um parceiro da produção e do crescimento da empresa. (- Lê:)

"'Tudo não passa de burrice latino-americana'. Cita o exemplo do ex-Ministro argentino, Domingo Cavallo, que, a despeito de fazer uma economia anual de US\$250.000.000,00, passou a aposentadoria feminina de 60 para 65 anos de idade. Em seguida, porém, anulou o imposto sobre importação de produtos de luxo, como tapetes, uísques, que rendiam à Argentina nada menos que US\$300.000.000,00/ano em tributos".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro assunto que gostaria de abordar, hoje, dia 22 de abril - em que é comemorado o Dia Mundial da Terra - trata de questionamentos veiculados na imprensa pela "Agência Estado", do jornalista Eduardo Castor, que traz afirmações preocupantes. (- Lê:)

"Cientistas do mundo inteiro alertam que a Terra está estressada e anuncia o fim da espécie humana.

Depois da explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, o mundo viveu o medo de uma destruição nuclear total: o 'Armagedon', a batalha final da Bíblia e das profecias. Agora, entretanto, às vésperas do terceiro milênio e quando se comemora o Dia Mundial da Terra (dia 22 de abril) físicos, químicos, ecologistas, psicólogos e outros observadores da vida no planeta começam a substituir a possibilidade da destruição rápida e total por um apocalipse mais lento, menos perceptível mas não menos aterrador: o fim da espécie humana pelo progressivo desmatamento, poluição do ar e da água, esgotamento das fontes de energia e escassez de alimentos, entre outras causas.

O estresse ambiental (desenvolvimento deficientes das plantas em consequência dos desequilíbrios ecológicos) atinge boa parte das terras cultiváveis no mundo e cerca de 50% no Brasil, mais especialmente no Nordeste, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Diante das perspectivas sombrias, técnicos de todo o mundo discutem o desenvolvimento de novas plantas adaptadas ao clima tropical e técnicas de cultivo fundamentadas nas condições ambientais do local.

Num alerta publicado no Jornal 'The New York Times', o colunista Anthony Lewis alertou para o que ele definiu como 'corrosão surda do planeta'. Segundo ele, 'nos próximos 50 anos, a população da Terra deverá passar dos atuais 5.600.000.000 de pessoas para mais de 9 bilhões e, se o mundo inteiro tiver, nessa época, o atual nível agrícola dos países do Primeiro Mundo, esse crescimento será suportável'. Entretanto, acrescenta Lewis, 95% do crescimento da população ocorrerão nas regiões mais pobres do mundo, onde a situação se tornará dramática".

Três países, onde medidas imediatas tornam-se necessárias são citados nominalmente: Brasil, Nigéria e Índia. As advertências dos cientistas para esses problemas não são recentes, mas só agora se começa a perceber que eles crescem em altíssima velocidade.

Refugiados ecológicos. Especialistas em restauração de ecossistemas florestais degradados, ligados ao Fundo das Nações Unidas sobre Alimentação - FAO -, afirmam que a desertificação poderá criar graves problemas sociais nos próximos anos, se nada for feito para deter o processo de destruição das terras férteis do planeta. De acordo com estimativas da ONU, 41% do planeta são ocupados por desertos ou áreas em processo de desertificação. O Continente mais ameaçado é a África, com 66% de seu território afetados.

Na América Latina, segundo relatório da ONU, o Brasil é um dos países mais afetados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Um outro estudo divulgado pela FAO indica que o empobrecimento dos terrenos férteis forçou milhões de pessoas a se mudarem em busca de melhores condições de vida. O número de "refugiados ecológicos" em todo o mundo já passa de 30 milhões e poderá chegar a 50 milhões até o ano 2000, segundo especialistas do Instituto do Clima, dos EUA.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - UNEP - engrossa as estatísticas sombrias ao informar que a poluição diminuiu nos países industrializados, mas continua aumentando no Terceiro Mundo, em níveis inaceitáveis. Diz ainda a UNEP "que o buraco de ozônio sobre a Antártida aumenta a cada ano, tornando ainda maior o perigo dos raios UV-B que atravessam a estratosfera e, segundo pesquisas científicas, podem causar câncer de pele".

São essas as nossas preocupações, colocadas neste dia 22 de abril, considerado o Dia Mundial da Terra. Dia Mundial da Terra é todo dia, temos que estar atentos para essas questões. Muito obrigado.

**O Deputado Marco Régis\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero comungar aqui com as palavras do nobre Deputado Ivo José, quando trouxe à tona considerações sobre o Dia Mundial da Terra. Vivemos, realmente, uma época apocalíptica, e o ser humano, em sua grande maioria, não consegue se aperceber desse momento tão grave. Continuamos dando

valor ao "ter" ao invés de sermos apologistas do "ser". Cada vez mais uma sanha gananciosa procura usurpar tudo aquilo que a mãe terra nos oferece, em prol do enriquecimento de grupos ou de pessoas.

E, cada vez mais, o nosso planeta fica renegado a segundo plano. Porém, pouca gente se apercebe dessa época apocalíptica que atravessamos, porquanto toda essa celeuma, todos esses transtornos e todas essas mazelas por que passam a humanidade caminham realmente para uma época de exaustão. Oxalá espíritos benfazejos como o do ilustre companheiro que nos ouve, Deputado do Partido Verde, Wilson Trópia, o do Deputado Ivo José, que foi Presidente da Comissão de Meio Ambiente nesta Casa, o do Deputado Raul Lima Neto, hoje Presidente da Comissão de Meio Ambiente, possam pregar cada dia mais a valorização do Planeta e, por conseguinte, a valorização do homem que nele habita.

Parabéns, Deputado Ivo José, pelo tema que trouxe à tona. Nós, particularmente, queríamos tecer aqui algumas considerações, primeiramente sobre o transcurso dos 205 anos da morte de Joaquim José da Silva Xavier, o grande ídolo, o grande mártir Tiradentes, e, por conseguinte, por comemorarmos este ano os 208 anos da Inconfidência Mineira.

Quando falamos aqui nesta tribuna não o fazemos fortuitamente, porque compreendemos a pujança, a beleza e o lirismo da Inconfidência Mineira. Quando Prefeito da cidade de Muzambinho, com poucos meses de mandato tivemos a oportunidade de comemorar naquela cidade, em praça pública, os 200 anos da Inconfidência Mineira. Então, quando aqui abordamos esse tema, não o fazemos fortuitamente, porque somos realmente empolgados e maravilhados com essa página belíssima da história brasileira, a epopéia libertária dos Inconfidentes.

Deixamos de estar ontem em Ouro Preto, na comemoração do 21 de abril, por algumas razões. Primeiramente, porque é uma data em que, tradicionalmente, o Governo de Minas para lá se desloca, para as comemorações da Inconfidência e, em decorrência, para a entrega da Medalha da Inconfidência a uma série de pessoas da vida nacional. Mas ontem havia uma manifestação especial em Ouro Preto, contrária à privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Entendíamos que lá deveríamos estar para comparecer a tal manifestação. Mas, ao mesmo tempo, diante da nossa postura veemente nesta Casa em defesa da Vale do Rio Doce - postura veemente, mas equilibrada -, ficamos em conflito se lá deveríamos estar porque, se o fizéssemos, estaríamos do lado dos manifestantes e em posição contrária, ou até de hostilidade, a companheiros nossos aqui desta Casa, que lá estavam recebendo a Medalha da Inconfidência. E, por respeito aos nossos companheiros desta Casa, colegas Deputados lá homenageados, em respeito ao Governador, que lá estava entregando as medalhas, deixamos de comparecer àquela homenagem.

Somente um senão temos que reparar: uma certa dose de hipocrisia e de cinismo de alguns daqueles que recebiam a Medalha da Inconfidência, um símbolo de homenagem à causa dos Inconfidentes, de Tiradentes. Cinismo, sim; hipocrisia, sim, porque estamos num momento em que se entregam as riquezas deste País, o patrimônio construído com o sangue e com o trabalho dos brasileiros, num momento em que este Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso dá seqüência a uma série de privatizações, em que algumas delas ferem a soberania nacional, mas, na verdade, estão ferindo os ideais de Tiradentes, de Cláudio Manoel da Costa, de Alvarenga Peixoto e de todos os Inconfidentes.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estivemos em Ouro Preto e, por conseguinte, não podemos, neste momento, ser acusados de participar da irreverência estudantil que lá aconteceu, por meio de demonstrações até certo ponto condenáveis, mas fruto do espírito estudantil, da sua própria irreverência, que levou a manifestação contrária à privatização da Vale a sofrer certas críticas da imprensa.

Mas, ao mesmo tempo em que saudamos a divulgação das manifestações de Ouro Preto pela grande imprensa mineira, queremos saudar a imprensa, que começa a abrir as páginas dos seus jornais para os problemas e para a celeuma da privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Tivemos um discurso impetuoso, há poucos dias, quando criticamos duramente a imprensa por estar fechada para o problema da privatização da Vale, com uma injustiça apenas para o jornal "Hoje em Dia", que há muito tempo vem abrindo seu espaço para aqueles que são contrários à privatização da Vale. Mas hoje o "Estado de Minas" e "O Tempo" também já começam a dedicar um espaço a essa causa. Sabemos e reconhecemos que eles são grandes jornais e não podem ficar emudecidos diante de uma causa que é da população mineira. Só temos uma restrição a fazer, que é em relação à Rede Globo de Televisão, que ontem não deu um espaço sequer, no jornal de cadeia nacional, para se falar sobre as manifestações de Ouro Preto. Tivemos oportunidade de acompanhar o noticiário em todos os canais de televisão, como a Manchete, a Bandeirantes, o SBT e a Globo, desde o cair da noite, para avaliar o que diriam os telejornais dessas grandes cadeias de televisão sobre a manifestação de Ouro Preto e sobre o transcurso da Inconfidência Mineira. Louvamos a Rede Globo que, no seu jornal vespertino, mostrou brilhante documentário sobre a Inconfidência Mineira. Mas lamentamos que essa emissora, no seu jornal noturno, tenha sido o único

canal a omitir as manifestações de Ouro Preto e, mais uma vez, a se omitir diante da privatização da Vale do Rio Doce.

É claro que vai se omitir, porque, quando recebe polpudas verbas federais para garantir publicidade oficial em sua tela, ela, realmente, tem que se calar diante de opiniões em contrário. Nós aqui, neste momento, não queremos nos comportar com a desenvoltura artística de Raul Cortês, que defende a privatização da Vale a serviço do Governo Federal, mas queríamos dizer que, em outra oportunidade, vamos aqui ler o n° 3 da "Revista Atenção", que traz reportagens honestas e equilibradas sobre a privatização da Vale, inclusive uma delas desqualifica todos os argumentos da cartilha do BNDES, que defende a privatização da Vale. Leremos, também, o n° 1 dessa outra revista, a "Brasil Mais", de janeiro de 1997, que traz os prós e os contras à privatização da Vale do Rio Doce. Portanto, aqui estamos com revistas importantes, não sensacionalistas, que falam sobre o assunto.

Queremos dizer que esperamos que o leilão da Vale seja realmente adiado, porque existem mais de 58 ações, e uma delas impede que o Governo centralize em Carajás a defesa de todos os processos que dizem respeito à privatização. E, por conseguinte, mesmo um batalhão de mais de 100 advogados, colocados em ação pelo BNDES para impedir o adiamento do leilão, certamente não conseguirão impedir todas as liminares. Nós saudaremos esse adiamento como uma vitória do movimento contrário à privatização da Vale.

Neste momento, queremos conceder um aparte ao Deputado Ivo José, com todo o prazer.

**O Deputado Ivo José (Em aparte)** - Deputado Marco Régis, gostaríamos de parabenizar V. Exa. por seu pronunciamento sobre a questão da Vale e sobre o dia de ontem. Gostaríamos de dizer que a mobilização continua em Minas e no Brasil. Na sexta-feira, dia 25, vamos continuar a mobilização em Belo Horizonte, onde temos uma programação extensa. Acreditamos na prorrogação do leilão do dia 29, não só pelas ações impetradas na justiça, mas também pela reação da sociedade. As entidades sérias, comprometidas com este País, estão, todas elas, posicionando-se contra a entrega da Cia. Vale do Rio Doce. Estamos reforçando as palavras de V. Exa. e, durante a semana, voltaremos a falar sobre a mobilização. É importante que os partidos desta Casa continuem se posicionando para fortalecer o movimento, não aceitando a entrega da Cia. Vale do Rio Doce ao capital estrangeiro.

**O Deputado Marco Régis** - Muito obrigado por suas brilhantes palavras. Concluindo, Sr. Presidente, queríamos dizer que estaremos na manifestação do dia 24, em praça pública, aqui em Belo Horizonte, e também no dia 25, sexta-feira. Concordamos com o Deputado Ivo José que não é somente hoje que a tradição opositora da CUT, do Partido dos Trabalhadores, se levanta contra a privatização da Vale, contra a qual também se levantam segmentos importantes, tais como a Associação Brasileira de Imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Clube Militar, setores da imprensa, estudantes, a OAB, que impetrou uma das ações de adiamento do leilão. Esperamos que o Supremo Tribunal Federal seja nossa última esperança para que se restabeleça a verdade no País e que seja adiada a privatização da Vale. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Marcos Helênio** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, representantes da imprensa, insistimos muito para que a nossa comunicação fosse feita hoje - embora ela pudesse ser feita amanhã, que não haveria problema - porque diz respeito a um assunto muito importante, sobre o qual já estamos trabalhando há mais tempo. Obtivemos um retorno do Ministério Público e, portanto, seria interessante que os senhores tomassem conhecimento dele. Embora o número de Deputados presentes nesta reunião seja pequeno, os demais poderão tomar conhecimento em seus próprios gabinetes.

O assunto diz respeito a deliberação sobre a questão das venda de 33% de ações da CEMIG. Participamos de alguns debates nesta Casa, quando foi questionado o risco que o Estado corria em perder o controle acionário, apesar de dispor apenas de 33% e permanecer com 51% das ações. No entanto, a nossa dúvida era em função do acordo de acionistas, que permitia mudar essa situação, posteriormente, vindo o Estado a perder o controle acionário da empresa. No que se refere ao controle operacional, não vamos dizer que o Estado irá perdê-lo, mas setores estratégicos, como a Vice-Presidência e algumas diretorias, serão entregues ao novo parceiro. Queríamos colocar, aqui, o que foi deliberado. Em primeiro lugar, é do conhecimento de todos que viram pelos jornais que já foi concedida uma liminar ao Sindicato dos Eletricitários, através do seu advogado, Dr. José Anchieta, suspendendo o leilão. Nós recebemos do Promotor um relatório conclusivo da representação que nossa bancada deu entrada. Aqui está o encaminhamento do Promotor. É claro que não vamos ler tudo. Vamos ler apenas alguns pontos, porque só temos 10 minutos.

"Vimos pelo presente encaminhar a V. Exa., para conhecimento e providências que entender cabíveis, cópia do relatório conclusivo exarado nos autos do procedimento administrativo, instaurado por força de representação que firmou, para apurar a regularidade do edital e demais operações que envolvem a venda de ações da CEMIG em

leilão a ser promovido pelo BNDESPAR."

Aqui tem 18 questões que levantamos, e ele foi respondendo uma a uma, falando como que ouviu o BNDES, a Secretaria da Fazenda e a CEMIG. No relatório conclusivo, fariamos menção a muito pouca coisa, para não perder tempo. Ele diz o seguinte:

"A nova representação coligada aos autos se fez acompanhar de cópia de documentos pertinentes aos fatos alegados, como edital, acordo de acionistas, estatuto social da CEMIG e notificações endereçadas pelos representantes aos dirigentes da CEMIG e da MGI (Fls. 166/186).

No dia 8 do corrente, por iniciativa de autoridades da Secretaria de Estado da Fazenda e para discussão da matéria objeto deste procedimento, os membros desta Promotoria Especializada se reuniram na sede da MGI, com dirigentes do órgão, oportunidade em que estiveram presentes representantes da pasta da Fazenda, além de técnicos de outros organismos do Estado e de um representante da Procuradoria-Geral do Estado. Naquela ocasião nos foi entregue um compilado contendo cópia de diversos instrumentos contratuais e documentos outros pertinentes ao caso em foco (fls. 198/408).

Na esteira do entendimento externado em sua representação, os Drs. José Anchieta da Silva, Lorena de Castro Abreu e Silva e Maurício Quadros Soares fizeram juntar a este processado, cópia de pareceres da lavra dos juristas Prof. Menelick de Carvalho Neto e Modesto Carvalhosa, em que, analisando o caso concreto, concluem pela inconstitucionalidade da operação, posto que o Estado de Minas Gerais, sem que tenha autorização legislativa para tanto, estará a partir do pactuado no acordo de acionistas, perdendo efetivamente o controle da CEMIG."

No final, o relatório diz o seguinte:

Nesse sentido, acolhemos integralmente as fundamentações e conclusões lançadas nos pareceres dos eminentes Profs. Modesto Carvalhosa e Menelick de Carvalho Netto, inclusos aos autos.

Vale lembrar que o Estado poderia, caso assim o entendesse, encaminhar um projeto de lei ao Legislativo autorizativo da venda até da totalidade do capital estatal da empresa.

Fazendo as recomendações finais:

"De todo o exposto, detrai-se dos autos que o acordo de acionistas que vigorará após a nova composição societária da empresa, representará a perda pelo Estado de Minas Gerais do controle administrativo, gerencial e estratégico da CEMIG, em razão dos fundamentos exaustivamente expostos nos autos e neste relatório.

Nesse sentido, considerando as atribuições conferidas pela Constituição Federal ao Ministério Público, notadamente a defesa do patrimônio público e social (art. 129, III), impõe-se, no caso vertente, a invocação da tutela jurisdicional estatal objetivando obstaculizar o processo de leilão, como forma de preservar o patrimônio público e social do Estado de Minas Gerais, representado pelo controle acionário e pelo poder de controle administrativo que este exerce por força de lei na sociedade de economia mista, CEMIG, integrante de sua administração indireta, viabilizando, outrossim, os fins institucionais para os quais foi criada."

No final, ele diz:

"Finalmente, considerando que o eminente Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Maurício Brant Aleixo, está atualmente examinando questões afetas ao caso em tela, principalmente os contratos efetivados entre a MGI e o BNDES e considerando os aspectos eminentes técnicos que envolvem a questão, determino seja remetida uma cópia das presentes conclusões àquela autoridade, instruída com os documentos indispensáveis, a fim de que a Corte de Contas possa analisar os aspectos formais e materiais que envolveram os contratos firmados entre o Estado de Minas Gerais e a MGI, sobretudo quanto aos pontos elencados nesta peça, ou seja, a inexigibilidade da licitação, sua formalização e publicidade, o critério de avaliação das ações e a regularidade do empréstimo contraído junto ao BNDES."

Srs. Deputados, a responsabilidade da Casa é muito grande, quando, desde o começo, falamos que essa operação estava envolta em mistérios, sem transparência. Por isso, agimos como todo parlamentar tem que agir, entrando com uma representação junto ao Ministério Público. Ao mesmo tempo, o SINDELETRO entrou na justiça, e esta concedeu uma liminar suspendendo o leilão.

Aqui está o relatório do Ministério Público pedindo que haja modificações imediatas, caso contrário, o Ministério Público afirma que vai entrar com uma ação civil pública.

Por isso, conclamo os Deputados para um debate conosco aqui na Casa, porque tentaram dizer que estávamos montando um palanque eleitoral, mas agora está aí a resposta para esses Deputados, que querem, antes de qualquer análise, votar a favor de qualquer projeto que entra na Casa, mesmo que esse projeto esteja alienando ações que perderão o controle acionário, como no caso da CEMIG.

Portanto, está aí o nosso protesto com relação aos Deputados que querem ser subservientes acima de tudo e não querem analisar nem discutir juridicamente, mas sim



obedecer cegamente ao Governo. Pedimos desde o início cópia deste contrato e só a obtivemos através do Tribunal de Contas. Agora, a resposta dada pelo Ministério Público, e pode ainda haver mudanças. Acredito que o Estado recorrerá e deve recorrer, evidentemente. Mas não poderia ficar desta forma, entregando a uma empresa multinacional, que se chama Southern Company Electrico, o controle da CEMIG. No controle operacional, já está claro, assumirão diretorias estratégicas. As tarifas irão aumentar substancialmente. Essa empresa não vem para fazer obra de ação social, como bem disse aqui o Secretário da Fazenda. Sabemos que esse não é o papel das empresas, mas é papel, sim, do Estado trabalhar com ações sociais como tem feito no Projeto Luz de Minas.

Os Deputados têm essa responsabilidade para depois saberem o que dizer aos seus leitores quando cortarem determinados projetos sociais que são deficitários, e a CEMIG hoje os assume. Duvido que esse compromisso vá prosseguir com a entrada de uma empresa norte-americana que, de fato, vai assumir parte desse controle, com 33% de ações da CEMIG.

Portanto, o que tínhamos que fazer fizemos. Esperamos que seja mantida essa liminar suspendendo de fato o leilão e que sejam corrigidas essas anomalias, para que o Estado não seja lesado mais uma vez. Muito obrigado.

#### **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

-----

##### **ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA**

Na data de 23/4/97, o Sr. Presidente, nos termos dos artigos 4º e 163, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, e tendo em vista Decisão da Mesa tomada em sua Reunião de 17/12/96, assinou o seguinte ato:

concedendo à servidora Míriam Gontijo Guimarães Nogueira, Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, padrão AL-22, código AL-GM, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de 2/5/97.

##### **AVISO DE LICITAÇÃO**

##### **Resultado de Julgamento de Licitação**

Convite nº 23/97 - Objeto: aquisição de diversos materiais elétricos - Licitantes vencedoras: AMJ Indústria e Comércio Ltda. (subitens 1.1, 1.2, 1.5 a 1.19, 1.22 e 1.25), Raio Laser Materiais Elétricos Ltda. (subitens 1.3, 1.4 e 1.20), Corp Informática Ltda. (subitem 1.21) e RB Informática Ltda. (subitem 1.23). Subitem 1.24: revogado.

#### **ERRATA**

-----

#### **ATA DA 248ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 23 DE ABRIL DE 1997**

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 25/4/97, pág. 51, col. 3, sob o título "**Despacho de Requerimentos**", no deferimento ao requerimento do Deputado Bilac Pinto, onde se lê:

"proferido em 4/8/96", leia-se:

"proferido em 4/12/96".

---

---